

[CADERNO 1]
**FALANDO SOBRE
SEGURANÇA PÚBLICA
NA MARÉ**



A VIDA NA FAVELA:

RELATOS SOBRE O COTIDIANO
EM MEIO À VIOLÊNCIA ARMADA

rede^{da}smaré

Copyright© Redes de Desenvolvimento da Maré

ORGANIZAÇÃO

Redes de Desenvolvimento da Maré

RELATOS

Kamila Camilo
Arthur Viana
Fernanda Viana
Patrícia Vianna
Shyrlei Rosendo
Flávia Cândido
Kananda Ferreira

REVISÃO

Leonardo Cunha

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Mórmula_Oficina de Ideias

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

F158

Falando sobre segurança pública na Maré : a vida na favela : relatos sobre o cotidiano em meio à violência armada / organização Redes de Desenvolvimento da Maré. – 1. ed. – Rio de Janeiro : Redes da Maré, 2019.

47 p. ; 21 cm

ISBN 978-85-61382-09-4

1. Segurança pública – Maré (RJ). 2. Maré (RJ) – Condições sociais. 3. Maré (RJ) – Condições econômicas. 4. Favelas – Rio de Janeiro (RJ). I. Redes de Desenvolvimento da Maré.

19-60127

CDD: 353.26098153

CDU: 351.74(815.3)

SUMÁRIO

- 3** **A Redes de Desenvolvimento da Maré**
- 5** **O Eixo de Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça**
- 7** **O curso Falando sobre Segurança Pública na Maré**
- 9** **Apresentação**
EDSON DINIZ
- 13** **Um ensaio sobre o cotidiano das crianças na Maré**
KAMILA CAMILLO
- 21** **Militarização e o não direito à segurança pública**
ARTHUR VIANA
- 31** **Atravessamentos cotidianos**
FERNANDA VIANA
- 35** **Vidas faveladas importam! Uma reflexão sobre
segurança pública nas favelas**
PATRÍCIA VIANNA
- 39** **Ele, simplesmente ele!**
SHYRLEI ROSENDO
- 41** **Insegurança pública**
FLÁVIA CÂNDIDO
- 45** **A segurança pública e a máscara por trás
da “pacificação” promovida nas favelas**
KANANDA FERREIRA



As ações, pesquisas e reflexões desenvolvidas pela Redes se pautam pelo interesse comum de trabalhar com temáticas relativas à cidade e, mais especificamente, aos seus espaços populares”

A REDES DE DESENVOLVIMENTO DA MARÉ

A Redes de Desenvolvimento da Maré é uma instituição da sociedade civil que produz conhecimento, elabora projetos e realiza ações para garantir políticas públicas efetivas que melhorem a vida dos 137 mil moradores das 16 favelas da Maré. A criação da Redes de Desenvolvimento da Maré é resultado de um longo processo de comprometimento dos seus fundadores com o movimento comunitário no conjunto de favelas da Maré e, também, na cidade do Rio de Janeiro.

O processo que gerou a criação da Redes da Maré começou em 1997, a partir da iniciativa de moradores e ex-moradores oriundos de algumas das 16 favelas que formam a Maré e de outras partes da cidade do Rio de Janeiro. A maioria desse grupo fazia parte dos 0,5% da população que conseguiu ter acesso à universidade na região e que, também, participava de movimentos sociais e comunitários organizados para lutar por determinados direitos básicos, tais como educação, saúde, cultura, saneamento, iluminação pública, segurança, dentre outros.

As ações, pesquisas e reflexões desenvolvidas pela Redes da Maré ao longo de seu percurso, marcado pela atuação de seus integrantes em organizações locais e em outros espaços da cidade, nos diferentes campos das políticas sociais, pautam-se pelo interesse comum de trabalhar, de forma integrada e abrangente, com temáticas relativas à cidade do Rio de Janeiro e, mais especificamente, aos seus espaços populares.

Com essa estratégia de atuação, a instituição busca desenvolver projetos dentro de cinco eixos: **Arte e Cultura, Desenvolvimento Territorial, Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça, Educação e Identidades e Memória.**



É preciso superar
o paradigma vigente
na política de segurança
pública caracterizado pelo
enfrentamento bélico
da criminalidade”

O EIXO DE DIREITO À SEGURANÇA PÚBLICA E ACESSO À JUSTIÇA

O Eixo de **Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça** da Redes da Maré tem o objetivo que todos os moradores das 16 favelas da Maré compreendam a Segurança Pública e o acesso à justiça como direito em todos os espaços da cidade. Os projetos do eixo buscam, de forma articulada, a ampliação de direito dos moradores, assim como a superação da violação de direitos oriundas da violência armada. As ações visam superar o paradigma vigente na política de segurança pública, caracterizado pelo enfrentamento bélico da criminalidade, sob a justificativa de combate e repressão a grupos armados que comercializam drogas ilícitas. O objetivo é que esta realidade seja modificada com a mobilização dos próprios moradores e com parcerias com instituições e órgãos governamentais e não governamentais. O Eixo de Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça é dividido em quatro áreas que abarcam projetos específicos: **1. Produção de Conhecimento; 2. Acesso à Justiça; 3. Mobilização; 4. Incidência Política.**



A partir de uma série de encontros o curso busca refletir sobre aspectos do cotidiano das favelas relacionados aos direitos humanos, segurança pública e acesso à justiça”

O CURSO FALANDO SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA NA MARÉ

O curso **Falando Sobre Segurança Pública na Maré** é um dos projetos do **Eixo de Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça**, dentro da área de produção de conhecimento. Surge a partir da demanda de aprofundar a reflexão crítica sobre a temática. A Redes da Maré entende que é fundamental qualificar o debate sobre o direito à segurança pública com quem vivencia o território da Maré, tendo em vista a necessária participação da população na conquista de direitos fundamentais nesse campo.

Nesse sentido, a dinâmica do curso se dá a partir de uma série de encontros com moradoras e moradores, ativistas e profissionais que atuam na Maré, e tem como objetivo refletir sobre aspectos do cotidiano das favelas relacionados aos direitos humanos, segurança pública e acesso à justiça, na construção de um saber crítico sobre a temática. A ideia do curso é promover trocas de experiências entre os participantes na perspectiva de construir estratégias de enfrentamento às violências vivenciadas em espaços de favelas e periferias.

O curso consiste em dois Módulos, com dez encontros semanais no primeiro Módulo e cinco no segundo. Os conteúdos propostos nesses encontros relacionaram-se a temas que envolvem a política de drogas, controle de armas, o alto índice de homicídios, o acesso à justiça e o direito à segurança pública, numa perspectiva que considera o recorte de gênero, raça e território.



A favela foi e continua sendo tratada como o espaço da não cidade. Um território onde o Estado age ao arrepio da lei”

APRESENTAÇÃO

Edson Diniz

DIRETOR DA REDES DE DESENVOLVIMENTO DA MARÉ

As experiências relatadas aqui, a partir de um grupo de pessoas — na maioria mulheres negras — que participou do curso **Falando Sobre Segurança Pública na Maré**, tratam basicamente de vida, resistência e uma ousada dose de criatividade para enfrentar os percalços de quem vive numa favela carioca.

Dada a sua localização geográfica, entre as três principais vias da cidade — Linhas Vermelha e Amarela e Avenida Brasil, por onde circulam mais de um milhão de pessoas por dia —, a favela da Maré, com seus quase cento e quarenta mil moradores se impõe no cenário da cidade.

Porém, a forma como essa favela da Zona Norte da cidade é representada, bem como seus moradores, esteve e está pautada por visões marcadas por uma série de preconceitos. Mas isso não é novidade.

Desde o surgimento da primeira favela no Rio de Janeiro, esse “território dos pobres” foi visto com desconfiança. A favela, na verdade, foi e continua sendo tratada como o espaço da não cidade. Um território onde os direitos dos moradores podem ser suspensos e o Estado — que deveria ser o guardião da lei e da Constituição — em nome da segurança pública age, em muitos casos, ao arpejo da lei.

Para discutir o lugar da favela nessa cidade, como a vida é afetada pelas políticas de segurança pública e, a partir daí, desfazer mal entendidos, preconceitos e visões parciais que orientam Estado, mercado e instituições da sociedade civil, é preciso “olhar para dentro” desse território.

Esse movimento, no entanto, não se faz sem conseguir uma aproximação das camadas internas da vida na favela. É justamente nesse sentido que os textos apresentados neste trabalho caminham. Mais do que crônicas, os escritos aqui são testemunhos, sempre na primeira pessoa, de indivíduos que moram, trabalham e vivenciam as dores e alegrias dos favelados.

É nesse sentido que Kamila Camillo fotografa a vida na Maré e nos brinda com imagens das crianças brincando nas ruas. Mas, ao mesmo tempo, ao fundo, compondo um cenário dramático, as fotos registram as marcas e os furos nas paredes provocados pelos confrontos armados que tanto trazem medo e insegurança para os moradores da Maré. Essas imagens misturam esperança e apreensão e retratam parte do que é ser criança na Maré.

A seguir, temos o texto do jovem Arthur Viana. Ele narra sua condição de jovem negro favelado e faz uma crítica contundente à criminalização da pobreza, expressa nos altos números de homicídios no país. Homicídios que, no entanto, atingem prioritariamente o povo negro e jovem, assim como o próprio Arthur. Ele questiona ainda as soluções dadas pelo Estado brasileiro para resolver o problema da segurança pública, como foi o caso da ocupação malsucedida da Maré pelo Exército em 2014.

O terceiro texto é de Fernanda Viana. Mulher negra, mãe de três filhos e que conta sua história a partir das interrupções de seu cotidiano, o medo sempre presente e a paralisação da vida na favela a partir dos confrontos armados. Fernanda se questiona e nos questiona sobre como explicar aos filhos a situação de violência cotidiana na Maré.

Patrícia Vianna, na sequência, fala da experiência de quem trabalha na Maré há mais de dezoito anos. Opção de trabalho que se confunde com a própria vida. A autora apresenta uma das características mais importantes da Maré: a solidariedade dos vizinhos. Mostra ainda o quanto a violência atinge a vida de todos, mas também que as pessoas resistem e continuam, apesar dos problemas, a tocar a vida.

Já Shyrlei Rosendo escolheu a poesia para falar dos meninos negros, cujas vidas estão sob o risco eminente de serem eliminadas. Homenageia a força e a coragem de quem insiste em permanecer vivo e potente — ato revolucionário — diante de todas as adversidades que o jovem negro enfrenta.

Flávia Cândido fala de sua experiência de mulher negra, favelada, mãe e ativista política. Denuncia toda a opressão sofrida a partir da política de “guerra às drogas” empreendida pelo Estado. Política que nega a educação enquanto agride jovens como seu filho de apenas 15 anos de idade. A resistência a esse estado de coisa passa a ser uma obrigação e a única saída na busca de uma vida “normal”.

No último texto, Kananda Ferreira faz a crítica à ideia de “pacificação” tão presente em diversas políticas de segurança que se desenvolveram para as favelas cariocas. A autora alerta que por trás dessa ideia de pacificação há uma “desumanização” dos favelados, vistos como alvos em potencial e vítimas de uma visão autoritária do Estado. Por outro lado, Ferreira aponta para a mobilização dos moradores no sentido de questionar as ações do Estado e de suas polícias. Isso feito a partir de instituições e dos próprios moradores, o que reafirma uma característica fundamental das favelas: elas são locais de resistência contra as desigualdades de toda ordem e ao mesmo tempo territórios de potência criativa.

Por fim, o que o conjunto de textos apresentados aqui tem em comum, além da profunda experiência da vivência no território da Maré, é a crença na necessidade da afirmação da favela como cidade. Essa afirmação não pode ficar gravada apenas como palavra de ordem. Como veremos a seguir, os favelados aprenderam que para ter seu território efetivamente reconhecido é preciso estar organizados. É preciso defender seus direitos e seu lugar na cidade. Certamente é por aí que caminham os textos e seus escritores e escritoras que ora nos emprestam suas lentes para olharmos para esse mundo chamado Maré. Aproveitem a viagem!



As imagens apresentadas
contribuem para
desconstruir estigmas
relacionados à favela
e me remetem ao
sentimento de liberdade”

UM ENSAIO SOBRE O COTIDIANO DAS CRIANÇAS NA MARÉ

Kamila Camillo

Me chamo Kamila Camillo, tenho 30 anos, sou fotógrafa, psicóloga e atualmente moro na Vila dos Pinheiros, na Maré. Minha relação com a fotografia se deu a partir dos 14 anos, onde eu registrava eventos católicos. Desde então muitos processos atravessaram minha trajetória, mas nunca parei de fotografar.

Nasci e vivi minha infância na Nova Holanda, também na Maré, de onde trago lembranças de uma infância feliz em que tive oportunidade de brincar na rua e experimentar a liberdade de ter o território como espaço de diversão. Me recordo de brincar de pique-esconde, pique-pongue, pique alto, taco, queimado, subir em árvores, comer frutas do pé etc. Essa liberdade de alguma maneira foi interrompida na minha adolescência, momento em que tomei consciência do acirramento da violência armada e da falta de segurança pública neste território.

Entendo que as imagens apresentadas a seguir revelam o cotidiano de brincadeiras das crianças na Maré, fato que contribui para desconstruir estigmas relacionados à favela e me remetem ao sentimento de liberdade da minha infância. Ainda que essas crianças tenham seu direito de brincar violado pelas várias expressões da violência, a pureza e a inocência resistem.

- 1 | PONTILHÃO, 2018.
- 2 | TIJOLINHO, 2018.
- 3 | BAIXA DO SAPATEIRO, 2018.
- 4 | PRAÇA DO 18, BAIXA DO SAPATEIRO, 2018.





3



4



5 | PRAÇA DA PAZ, 2017.

6 | PRAÇA DA NOVA HOLANDA, 2018.



7



7 | PRAÇA DO 18, BAIXA DO SAPATEIRO, 2018.

8 | VILA OLÍMPICA DA MARÉ, 2019.

9 | PRAÇA DO 18, BAIXA DO SAPATEIRO, 2018.





Minha percepção é que não é interessante acabar com a dita violência. Esse discurso de “guerra às drogas” é lucrativo para alguém”

MILITARIZAÇÃO E O NÃO DIREITO À SEGURANÇA PÚBLICA

Arthur Viana

*(...) As mesmas cadeiras, mesmas bundas
Mesmas brincadeiras, as mesmas crianças
Diferentes cadeias, mesmos presos
Mesmo povo, mesma falta de esperança
Por enquanto a bala canta, Raps das Armas
Na sugesta a vala enche, Rap das almas
Enquanto elas são drama queens, rainhas vivem o drama
Da Rocinha ao Queens já superaram o drama
Talvez criação, talvez ação de cria
Talvez falta de ação, seus homens porcaria
Nós somos drogaria que não paga imposto
Nós somos a mancha de sangue e o suor no rosto
Nós somos seu problema, sua solução
Ou então se imaginem sem nós
Somos vulcão, erupção
Suas armas criaram seu próprio algóz
Seu próprio assassino*

DJONGA [HERESIA]

INTRODUÇÃO

O presente texto tem o objetivo de relatar minha perspectiva sobre o território em que vivo. Sou morador da Nova Holanda, localizada no conjunto de favelas da Maré, o maior do Rio de Janeiro. A partir da minha vivência como homem preto e favelado, percebo que esse espaço é constantemente criminalizado e estigmatizado. Este fato implica diretamente em como é pensada e desenvolvida a política de segurança pública nesse local.

Primeiro apresento uma breve síntese do processo histórico de criminalização da pobreza e estigmatização da população negra e favelada e como esses processos direcionam a política de segurança pública na atualidade. Por fim trago minha análise sobre o que percebo a partir da vivência no meu local de moradia.

CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA E SEGURANÇA PÚBLICA

Foi construído no imaginário popular o discurso de que a violência é produzida nas favelas e áreas periféricas. Nessa perspectiva, propaga-se a ideia de que a violência supostamente produzida nesses espaços é disseminada para o restante da cidade através dos favelados. Percebemos esse discurso no senso comum, na mídia e até nas falas dos governantes do estado. Destacamos uma ocasião de 2007 em que Sérgio Cabral, então governador do estado do Rio de Janeiro, em entrevista ao portal G1 se refere à favela da Rocinha como “uma fábrica de produzir marginais”. Em 2016, esse mesmo governante foi preso por recebimento de propina e lavagem de dinheiro. Juntando suas oito condenações, sua pena já chega a 197 anos e 11 meses de reclusão. Sérgio Cabral não era morador da Rocinha ou de alguma outra favela. O fato de ter sido acusado de ter desviado R\$224 milhões não o classifica como marginal no imaginário social.

Os atributos apontados à imagem que constitui as favelas reverbera em seus moradores, sendo comparados a indigentes, sujos, criminosos, sem educação, além de outros termos pejorativos. Esse mesmo olhar preconceituoso e tendencioso não foi criado pelas pessoas que residem nesses locais, mas sim pela parcela da população que se beneficia com essa hegemonia discursiva.

Ao estudar a história do nosso país, identificamos que a prática de julgar valores e culturas alheias, baseadas nos seus princípios morais, também foi utilizada para escravizar povos africanos entre os séculos XIV e XIX. Não é coincidência que essa mesma elite escravocrata ainda detenha o poder político e econômico no Brasil.

No artigo 144 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, o direito à segurança pública está regulamentado como “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”. A partir do que prevê a legislação, levantamos a questão: a quem serve a segurança pública?

Apenas dois meses depois da família real portuguesa chegar ao Brasil, em 1808, foi criada a Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil. Entre suas atribuições estavam a limpeza urbana, investigação e órgão de punição dos crimes. Segundo Holloway (1997), no decorrer do século XIX cerca de 50% da população era formada por escravizados ou ex-escravizados. A população negra representava também 99% dos presos julgados, sendo todos nascidos na África. Pessoas brancas estavam oficiosamente “acima da lei”, eram presas apenas em crimes contra o Estado.

Essa lógica punitivista e seletiva na forma de operação do sistema de justiça ainda se faz presente nos dias atuais. Através do Monitoramento da Violência, fruto da parceria entre o portal G1, o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, foi relatado que atualmente a população carcerária conta com 704,4 mil presos e o número passa de 750 mil se forem contabilizados os em regime aberto e os detidos em carceragens da Polícia Civil. A capacidade dos

presídios é inferior a 416 mil, gerando um déficit de 288.435 vagas. Os dados foram produzidos com base nos 26 estados e no Distrito Federal. Entre os detentos, 61% são negros (pretos ou pardos na definição do IBGE), de acordo com o Departamento Penitenciário Nacional. Vale lembrar que, segundo o último Censo do IBGE (2010), 53% da população brasileira possuem essas características.

Outra instituição que ganhou popularidade no século XIX foi o Exército Brasileiro. Liderados pelo Marechal Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, que ironicamente também foi apelidado de “O Pacificador”. O Exército foi utilizado para combater as Revoltas Regenciais. Exemplo disso foi a Revolta da Balaiada, que ocorreu entre os anos de 1838 e 1841 no Maranhão. Segundo Jeanne Abi-Ramia (2016) os protagonistas da revolta eram “homens livres e pobres, como vaqueiros, artesãos, lavradores, negros, mestiços e escravos que enfrentaram a ordem dominante, representada por setores como o dos grandes proprietários agrários regionais.

A ação que efetivaram foi uma resposta à violência da sociedade escravista.” Para combater a situação, a Regência enviou ao Maranhão, como Presidente e Comandante das Armas da Província o coronel Duque de Caxias. Ele recebeu o comando de todas as tropas em operação no Maranhão, Piauí e Ceará, assumindo o comando em 7 de fevereiro de 1840.

Calcular com precisão a quantidade de envolvidos não é algo simples, devido à mobilidade daqueles que participavam do conflito. De acordo com números recolhidos em documentos oficiais, seriam em torno de 11 mil no Maranhão e entre seis e oito mil no Piauí. Tal aproximação apenas é possível tomando como referência os dados assinalados pela repressão — mais de seis mil mortos e centenas de prisioneiros.

Destacamos esse período da história pois identificamos uma atuação similar nas ações do Exército Brasileiro nas favelas na atualidade. Podemos exemplificar as missões da Garantia da Lei e da Ordem (GLO) que são realizadas por decreto exclusivo do presidente da República. Ocorrem nos casos em que há o esgotamento das forças tradicionais de segurança pública, em graves situações de perturbação da ordem.

Entre cinco de abril de 2014 e 30 de junho de 2015 as Forças Armadas ocuparam a Maré. O objetivo seria de pacificar a região e estabelecer condições favoráveis à implantação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Durante os 15 meses, a área onde vivem aproximadamente 137 mil moradores, recebeu mais de 23 mil militares de distintas regiões do país.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2017, foram gastos R\$ 529 milhões para a manutenção da tropa, R\$ 35,3 milhões por mês, ou seja, R\$ 1,18 milhão por dia. Na época, a diretriz ministerial nº 9 orientou o emprego das tropas em missão de GLO.

Afirmar que o Estado não se faz presente nas favelas é uma falácia. O Estado está nas favelas, porém não de forma a garantir e efetivar direitos. Essa relação contraditória, do não pertencimento com as questões do território foi construída historicamente. E afirmada, por exemplo, quando se decide investir R\$1,18 milhões por dia em policiamento e não em educação para a mesma população. Não existindo política preventiva, enxergando esses moradores apenas como números e corpos a serem abatidos ou encarcerados. Apenas culpabilizando esses indivíduos, sem questionar o contexto social no qual estão inseridos.

A favelização é um processo muito comum em países em desenvolvimento, devido ao seu crescimento acelerado e desordenado, associado aos problemas de planejamento. O resultado é uma segregação urbana, causando a exclusão social. Com a urbanização da cidade do Rio de Janeiro, que só deixou de ser capital federal em 1961, muitos postos de trabalhos foram abertos, influenciando a migração de áreas rurais em direção a áreas urbanas.

Pensar a favela como pertencente à cidade vai além dos termos geográficos. É preciso reconhecer que a história das favelas é a história da cidade. A estruturação de favelas se deu em resposta à falta de propostas habitacionais na época. Houve muitas remoções, principalmente no Centro da cidade e na área da Lagoa Rodrigo de Freitas. A favela Nova Holanda, por exemplo, foi concebida como um Centro de Habitação Provisório em 1960. Abrigando moradores da Favela do Esqueleto, Praia do Pinto, do Morro da Formiga e do Morro do Querosene.

A proposta seria que esses moradores que residiam de forma provisória na Nova Holanda fossem realocados para conjuntos habitacionais permanentes — como Vila Kennedy, Cidade de Deus etc. Eles seriam responsáveis por pagar o apartamento, mas como não tinham condições, acabaram ficando. Devido ao racismo estrutural advindo do período de escravidão, a população negra está concentrada nas favelas e periferias, espaços que sofrem em seu cotidiano violências e violações, fruto da política de segurança pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões realizadas ao longo do texto, destaco que se existe uma parcela da sociedade que tem assegurada o direito à segurança pública, essa população não é a população negra e favelada.

O Brasil atualmente possui 12 milhões de pessoas morando em favelas, que movimentam anualmente R\$ 64,5 bilhões. O Instituto Data Favela revela em sua pesquisa que, só no Rio de Janeiro, são 2 milhões de favelados, movimentando R\$12,3 bilhões anualmente, refutando o discurso de que as favelas são carentes e precárias por excelência. E boa parte desses recursos não são direcionados à própria população. O maior investimento do Estado nas favelas é de uma segurança pública que não serve a esses moradores.

Só em 2018 foram destinados a gastos com segurança pública no Rio de Janeiro R\$12,85 bilhões. Boa parte desse dinheiro não foi destinado à inteligência da polícia ou preparo dos agentes de segurança pública. Infelizmente, vivemos sobre uma ótica de colocar cada vez mais oficiais nas ruas, despreparados e com a imagem estabelecida de onde residem os inimigos sociais.

A partir da minha vivência no território, afirmo que não existem fábricas de armas aqui. Essas armas não são produzidas nas favelas. Seria mais fácil interceptar essas armas antes que chegassem ao território. Minha percepção é que existe uma inapetência estatal, não é

interessante acabar com a dita violência. Esse discurso de “guerra às drogas” é lucrativo para alguém. A venda de armas e munições, seja para o Estado ou para os grupos armados, vem movimentando dinheiro. Encabeçando as munições mais utilizadas pela polícia, a munição de .40 S&W custa em média R\$4720 no Brasil, segundo o Portal da Transparência a Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC)

Nessa sensação produzida e legitimada diariamente sobre a insegurança e tempos violentos, a segurança privada se tornou um mercado. São câmeras, carros blindados, seguranças particulares e cercas elétricas. O direito ao patrimônio continua mais importante que o direito à vida no Brasil.

Nos primeiros 90 dias de 2019 foram registrados 434 mortes envolvendo ação policial. Índice mais alto dos 83 trimestres registrados desde 1988, quando passou a ser contabilizado. O levantamento foi feito com base nos dados do Instituto de Segurança Pública (ISP). O Rio de Janeiro é o estado que lidera a taxa de mortes por agentes de segurança pública. Em 2018 foram 1.534 vítimas, correspondendo a 25% das mortes cometidas pela polícia, como apresentam os dados do Núcleo de Estudos da Violência da USP. A taxa é a mais alta registrada no estado desde 1998. A pesquisa mostrou também que o número de policiais mortos sofreu redução de 18% no período: foram 374 oficiais assassinados em 2017, contra 307 em 2018. Mesmo sobre esse contexto histórico e social, há quem diga que vivemos em tempos de impunidades. Que o país com a terceira maior população carcerária do mundo, prende pouco. Que a polícia que mais mata no mundo, mata pouco. Afinal, quem são esses corpos matáveis que não geram comoção?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

ABI-RAMIA, Jeanne. *A Balaiada*. 5 dez. 2016. Disponível em < <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/artigos/11758-a-balaiada>>.

LINKS DE ACESSO

<http://portaltransparencia.gov.br/licitacoes/consulta?orgaos=OR20101&de=01%2F01%2F2018&ate=31%2F12%2F2018&ordenarPor=dataResultadoCompra&direcao=desc>

<https://www.cbc.com.br/>

<http://nevusp.org/brasil-registra-mais-de-26-mil-assassinatos-no-10-semester-de-2018/>

<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/11/ex-governador-sergio-cabral-e-presos-pela-pf-na-zona-sul-do-rio.html>

<https://oglobo.globo.com/brasil/cabral-presos-pela-lava-jato-acusado-de-liderar-grupo-que-desviou-224-milhoes-em-contratos-de-obras-20478201>

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/sistema-carcerario-brasileiro-negros-e-pobres-na-prisao>

<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/04/26/superlotacao-aumenta-e-numero-de-presos-provisorios-volta-a-crescer-no-brasil.ghtml>

<http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/217-intendente-intendencia-geral-de-policia-da-corte-e-estado-do-brasil>

<http://olerj.camara.leg.br/retratos-da-intervencao/monitor-da-violencia>

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/sistema-carcerario-brasileiro-negros-e-pobres-na-prisao>

<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/balaiada-1838-1841-revolta-popular-no-maranhao.htm>

<https://www.defesa.gov.br/noticias/16137-ocupacao-das-forcas-armadas-no-complexo-da-mare-acaba-hoje>

<https://www.ucamcesec.com.br/participacao/mare-um-laboratorio-para-o-rio-a-ocupacao-militar-na-mare-2014-e-a-intervencao-federal-2018/>

<https://oglobo.globo.com/rio/pesquisa-feita-na-mare-revela-avaliacao-negativa-sobre-ocupacao-21372686>

<https://www.techo.org/brasil/informe-se/a-pobreza-brasileira-tem-cor-e-preta/>



Minhas crianças choram com o som dos tiros cada vez mais próximos, e os homens dos helicópteros parecem que querem recolher as roupas do varal, de tão próximo que estão da laje da minha casa”

ATRAVESSAMENTOS COTIDIANOS

Fernanda Viana

Sou Fernanda, mãe solo de três filhos. E venho aqui compartilhar um pouco das minhas vivências no local que moro a partir de fatos do meu cotidiano.

O sol atravessa a cortina, levanto e coloco as blusas, as meias, e as mochilas no sofá. A água enche a leiteira e logo a água ferve. Os dentes e os rostos sonolentos já foram lavados. No cabelo da menina eu passo uma escova e prendo com uma xuxinha verde. Tiro algo do congelador para o jantar e coloco em cima da pia, como de costume. É hora de ir. Fecho a porta, coloco a chave dentro do mesmo vaso de planta, aquele bonito, onde as flores só despontam em setembro. E saio já pensando em tudo que terei que fazer antes do por do sol. As tarefas a serem realizadas no trabalho, a ida ao supermercado na volta para casa, o pagamento de algumas contas. E ao retornar à casa, auxiliar as crianças no trabalho escolar, haja vista que o prazo não costuma ser longo. Depois de levá-los à escola, pego “minha reta” para o trabalho, e tomara que a condução não passe por fora e eu chegue no horário.

No auge da minha programação mental, por uma fração de segundos, meus pensamentos são roubados por um silêncio ensurdecedor. Logo na hora em que deveria estar passando o carro do ovo e ouvindo o senhor, que bate no botijão de gás e grita: “olha o gás, olha o gás”. No entanto, os mesmos não deram sinal de vida. Nem as crianças da educação infantil, que mesmo estando na metade do ano letivo ainda choram para ir à escola de manhã, não passavam. Abro a porta que acabei de fechar, vou à janela e ouço que estouraram fogos, bem no momento que coloquei o rosto para fora. Um seguido do outro. E vinham da esquina.

A rua estava completamente deserta, ouvia-se apenas o barulho dos fogos e o cinza da fumaça adentrava a janela. Enquanto eu buscava o celular para saber se alguém já tinha postado algo nos grupos escolares de Whatsapp, que é onde nos comunicamos sobre, as crianças sentadas no chão, entre os sofás, já tiravam os sapatos. Mais um dia sem aula para engrossar os 35 da lista anual. Mais uma falta injustificada, que me descontará aquela importante parcela de uma compra a prazo. Mais um dia de pânico. Mais um dia onde seremos mostrados pela mídia seletiva de uma forma tendenciosa, onde vão tentar justificar o injustificável, acalantar o que não tem acalanto.

Minhas crianças choram com o som dos tiros cada vez mais próximos, e os homens dos helicópteros parecem que querem recolher as roupas do varal, de tão próximo que estão da laje da minha casa. Balas e armas de guerras, neste momento, voam de um lado para outro, de cima para baixo. Independentemente do que possa dizer qualquer mídia, sabíamos que aquele dia seria um dia perdido. E sempre esperamos que ao final dos dias perdidos, vidas não se percam. Em uma operação policial em território de favela, as leis, normas, regras e protocolos não são respeitados pelo Estado. Uma questão que deveria deixar qualquer cidadão da cidade indignado. O apelo pela vida não pode ser em vão. É difícil explicar aos filhos como o mesmo Estado que aumentou o número de escolas de 19 para 45, inviabiliza seu acesso em decorrência de operações policiais. Assim como os serviços prestados nos postos de saúde da região. O Estado decreta guerra a este espaço quando determina que para atuar aqui, medidas extremas e o não seguimento de normas podem ser estabelecidos. Condenando toda uma população à marginalização, que a vê como causadora de problemas de ordem pública.

É difícil explicar aos filhos que a indústria internacional de armas movimenta milhões e que nós somos vistos pelo Estado como exército inimigo. É muito difícil explicar aos filhos que a insegurança pública, decorrente de operações, é um problema de todos. Mas que nem todos se importam com o que acontece aos moradores do lado de cá da Avenida Brasil. Fechar os olhos para violações em decorrência de operações policiais é uma atitude cômoda. Assim como não questionar o modo como armas e drogas, que

nem aqui no país são produzidos, chegam a este espaço. E quem são os atores que se beneficiam com todo esse ambiente de guerra às drogas? São questionamentos que faço enquanto sentados no chão entre um sofá e outro tentamos sobreviver. E quando os carros e helicópteros pretos, que mais parecem caixa de matar gente, vão embora, deixam medo, incerteza e dor. Como se neste lugar da cidade os moradores não fossem gente. Naturaliza-se assim a barbárie e o genocídio de um povo. Como se suas vidas não importassem. Como se para este lugar não houvesse leis e que o Estado tivesse licença para matar. Onde a “brincadeira” do dia fosse de tiro ao alvo, só que com a vida dos moradores. Que são tão cidadãos, quanto os que moram em outros lugares da cidade. Pegamos todas as nossas dores e medos e transformamos em garra, em luta, em vontade de mudanças para uma política de segurança pública, onde de fato nos traga segurança e não atravesse nossas vidas de forma tão violenta, que respeite a vida e trabalhe com inteligência. Para que nossas vidas não se resumam em resistir e sobreviver entre uma barbárie e outra.

Sobreviver em um lugar onde a sociedade julga morar pessoas desumanizadas e participantes de toda ilegalidade, e com isso, não ter seus direitos resguardados, não é fácil. E o mais difícil ainda é ter que explicar aos filhos a inércia, pouco caso ou apatia de toda a sociedade em relação às violações de direitos que ocorrem aqui. Explicar como a sociedade, de um modo geral, se comove com assassinato de crianças, no entanto, jovens negros estão sendo “genocidados” sem que haja nenhum tipo de comoção, é muito cruel.

Instituições como a Redes de Desenvolvimento da Maré vêm construindo ao longo da sua existência, perspectivas, possibilidades e protagonismo do morador na disputa de narrativas e no acesso à cidade. Não somente se entender como sujeito de direitos, mas também se entender como pertencente à cidade — e, por isso, reivindicador de direitos, inclusive ao de morar na favela e ter a cidadania em sua plenitude — é muito importante. Pois, para quem nasceu e foi criada em favela, ver os meninos que cresceram, estudaram e fizeram algum tipo de atividade ficando pelo caminho, ir ao enterro de jovens negros e dar pêsames a mães periféricas, infelizmente, é rotineiro.



Quem não está no dia a dia da Maré só fica sabendo da ausência, da carência, da violência e não tem ideia de como este é um espaço rico em muitas coisas”

VIDAS FAVELADAS IMPORTAM! UMA REFLEXÃO SOBRE A SEGURANÇA PUBLICA NAS FAVELAS

Patrícia Vianna

Trabalho em favelas há mais de trinta anos, e cada vez mais me apaixono pela diferente rotina do dia a dia nestes espaços. Nasci em Juiz de Fora, Minas Gerais, mas saí muito pequena de lá e morei em outras cidades com a minha família, até que vim para o Rio, na Tijuca, quando tinha nove anos de idade. Quando me casei, aos 24 anos, morei por uns anos em Petrópolis e voltei para o Rio um ano após a minha separação. Desde então, vivo na Tijuca. Vivo não; moro lá! A minha vida, nos meus últimos 18 anos, realmente tem sido na Maré.

Muitas pessoas que eu conheço me perguntam se eu não tenho medo de trabalhar na Maré porque leem ou escutam, com muita frequência, coisas violentas que acontecem aqui. Infelizmente, isso é verdade, mas apenas parte da verdade. Aqui na Maré acontecem coisas maravilhosas também. Quem não está aqui no dia a dia, só fica sabendo da ausência, da carência, da violência e não tem ideia de como este é um espaço rico em muitas coisas, tais como: diferentes culturas, variedades gastronômicas, maravilhosas maneiras de se divertir, muita solidariedade entre as pessoas e um lugar com muito potencial. Onde moro, pouco conheço meus vizinhos. Não sei das dificuldades que eles passam e muito menos se precisam de alguma ajuda. Nas favelas, todos se conhecem e, quando acontece alguma situação complicada, muitos correm para ajudar. Você sabe que sempre terá o apoio de alguém. Enfim, é um lugar muito gostoso de se viver, “apesar de”, como disse Clarice Lispector.

Em relação à questão da violência, não deixo o medo me paralisar. Penso a todo instante que tenho um compromisso ético com essa população e não posso deixar esse sentimento me invadir e me impedir de atuar, mesmo nos momentos mais tensos. Vejo que, também, muitos moradores e moradoras entram em pânico quando há confrontos, tanto entre grupos civis armados, quanto entre a polícia e estes grupos, embora eu perceba que o desespero maior é quando há operações policiais. Ninguém se acostuma com a violência! E não é para se acostumar! NUNCA! Todos os dias, a população das favelas e periferias sofre, mas resiste. Ela luta com toda sua força para que a vida não tenha mais violência ou, pelo menos, diminua. A esperança é a última que morre!

Talvez seja melhor fazer um relato de uma das múltiplas histórias arrasadoras do nosso dia a dia na Maré, para que você compreenda o que estou querendo dizer:

O dia amanhece e a claridade vai tomando conta dos pequenos espaços de cada casa de uma das estreitas ruas da favela. A mulher, como em muitas dessas casas, é quem acorda primeiro e vai providenciando os primeiros movimentos daquela família. Ali moram a mulher, seus três filhos, uma amiga e um sobrinho, filho de seu irmão. É hora das duas crianças mais novas se levantarem para colocar o uniforme e ir para a escola. Não podem perder a hora, senão ficam sem o café da manhã oferecido pela escola e só vão poder comer na hora do almoço, também oferecido pela escola. O mais velho parou de estudar no ano anterior, porque repetiu duas vezes a quarto e a quinto série do Ensino Fundamental, e se desinteressou completamente em continuar seus estudos. O sobrinho trabalha no comércio como vendedor de uma loja que fica bem próxima da sua casa. Mas como só trabalha à tarde, pode dormir um pouco mais e, como todos dormem num mesmo cômodo, as crianças procuram não fazer muito barulho para não acordar os outros. A mãe trabalha em uma instituição social dentro da Maré e também precisa se apressar para não se atrasar. A amiga se levanta para ajudar as crianças a se arrumarem e sai à procura de um trabalho. Ficam em casa o filho mais velho e o sobrinho. As ruas e vielas vão ficando mais

movimentadas e as vozes das pessoas vão sendo cada vez mais audíveis. O menino de oito anos leva a irmã de seis para a escola dela e segue o caminho para a sua. A dois quarteirões da escola escuta barulho de fogos, aparentemente vindo de um lugar bem próximo. O menino não sabe para onde correr e lembra-se da casa de um amigo naquele quarteirão. Corre, abre o portão e... tiros... muitos tiros. Quando a mãe do amigo abre a porta de casa, vê o amigo do filho caído no chão. Seu corpo, ainda quente, já estava sem vida. A mulher grita enlouquecidamente e chora sem parar. Os vizinhos não sabem o que fazer. Os tiros param. Mas não tem nada mais que se possa fazer. A favela inteira chora. Mais uma criança morta por causa de uma guerra insana. Mais uma família esfaqueada. Como dizer para a mãe, para os irmãos, para os amigos, que essa criança partiu e não voltará nunca mais? Ele foi brutalmente arrancado de suas vidas!

A cada dia morremos um pouquinho, vamos perdendo a alegria de viver e tentando recuperá-la a todo instante. Nos dias seguintes de uma tragédia como essa que relatei, vejo moradores e moradoras tentando continuar sua vida, torcendo para que seja um dia mais tranquilo, sem confrontos, sem violência, sem desrespeito, sem barbáries. Que seja apenas um dia NORMAL!

Na instituição em que trabalho temos projetos que certamente contribuem para que a população das favelas possa conhecer melhor seus direitos e exigir do Estado o mesmo atendimento e cuidado que existem em qualquer outra parte da cidade, seja em relação à saúde, à educação, à moradia e também à segurança pública. Nossas crianças deixam de ter aula pelo menos 15% dos dias letivos todos os anos, por conta da violência. Isto sem considerar que o ensino nas escolas da Maré não tem a mesma qualidade que as escolas localizadas em outros bairros da cidade. Acontece com muita frequência o desestímulo de crianças em continuar nas escolas, especialmente quando elas se deparam com dificuldades de aprendizagem que, infelizmente, não são resolvidas e só aumentam com o passar dos anos. Consequentemente, a criança repete de série uma, duas, três vezes, até que desiste de estudar.

Como podemos garantir que essas crianças terão, no futuro, as mesmas oportunidades e condições que qualquer outra? Tentamos mostrar à sociedade, especialmente às pessoas que não circulam nesses espaços, que é responsabilidade de todos não permitir que essa desigualdade absurda permaneça.

Há possibilidades de mudança? Essa é a pergunta que me faço todos os dias. Sim, acredito que algum dia, em algum momento, o Estado vai entender que essas operações “enxuga gelo” não irão melhorar e muito menos resolver a situação em que nos encontramos. Avalio que as soluções não estão dentro da favela. Sabemos que as armas e drogas vêm de fora e que são necessárias ações inteligentes, bem planejadas. Alguém realmente acredita que os “grandes” traficantes estão dentro das favelas, que sejam esses pobres e negros cotidianamente assasiados? Não sou uma pesquisadora especialista em segurança pública, mas me parece que outras ações, como por exemplo fiscalização nas fronteiras terrestres, marítimas ou aéreas seriam muito mais eficientes e eficazes. Acredito que se nossos governantes quiserem mudar esta situação, eles têm condição. Sei que não deve ser simples, que deve ser bastante complexo, pois há várias questões envolvidas, especialmente questões políticas e de interesses pessoais e corporativos.

Mas sim, ainda assim, acredito que seja possível!

ELE, SIMPLEMENTE ELE!

Shyrlei Rosendo

Ele? Negro, jovem, morador de favela.

Ele? Um sonho, uma possibilidade de vida.

Ele? Um menino com idade de menino,

Obrigado pela vida a se fazer homem antes do tempo.

Ele? Uma dor, com uma ferida exposta.

Ele? Um menino que o pai, o Estado roubou-lhe à vida.

Ele! Ele!

Mil vezes ELE!

Uma força!

Um brilho nos olhos!

Uma coragem!

Um amor traduzido em gente que o Estado tenta destruir.

Mas, ele é Ele!

Maior que todas as forças,

Maior que esse Estado.

Ele? Um menino da Maré que a vida o aguarda para ensinar
[e fazer brilhar.



O cotidiano de uma família favelada é de perseverança, e ser mãe dentro deste contexto é lutar todos os dias”

INSEGURANÇA PÚBLICA

Flávia Cândido

Sou Flávia Cândido, mãe solo de três meninos, feminista negra, moradora da favela da Maré desde quando nasci, estudante de Letras na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), ativista de direitos humanos e atualmente trabalho como assessora parlamentar.

A violência dentro das favelas ganhou proporções inacreditáveis com o passar dos anos, após vários governos que não exerceram uma segurança pública preventiva e optaram por desenvolver ações abusivas com o discurso de “guerras às drogas”. Há trinta anos vejo o governo, que deveria ser responsável por garantias de direitos, fortalecendo com suas operações policiais as perdas de escassos benefícios.

Não houve testemunhos sem lutas. Os movimentos sociais, as ONGs e moradores da Maré sempre foram resistência. Algumas pessoas acreditam que a frase “Maré Resiste” é algo romantizado, mas a força de um favelado “mareense” é diária. Parece algo surreal ter um governo que não visa o desenvolvimento educacional para as crianças e os adolescentes da favela. Os impactos causados pelas operações policiais são sempre negativos, cerceando o direito dos moradores, trazendo implicações diretas para quem vive ou atua no território. Efeitos imediatos acabam ocorrendo em dias de atuação policial, estas quebras na rotina impedem o acesso à escola, ao posto médico, o retorno para casa, perde-se totalmente o simples direito de ir e vir.

O cotidiano de uma família favelada é de perseverança, e ser mãe dentro deste contexto é lutar todos os dias e passar para os filhos a credibilidade que um favelado pode ser otimista. Não é fácil ter que procurar

escolas longe da sua residência para que seu filho tenha garantia de ter aulas todos os dias sem ser interrompido por uma incursão policial. Estudar fora do seu território não significa estar livre dessa metodologia abusiva. Escutar relatos de um filho sobre como ele sentiu medo quando “o águia” estava dando voos rasantes no horário que ele estava no curso preparatório, saber que seu filho de apenas 15 anos “tomou uma geral” da PM com direito a um “pedala” antes de ser liberado.

Pode parecer mentira, mas é algo comum acordar ao som de tiro, escutar o barulho medonho que faz o blindado, e saber que é período de prova e seu filho não irá à escola. Ou que seu filho vai para a aula e meia hora depois começa uma operação, uma incursão policial que dura mais de doze horas. É fundamental ter amigos que vivem fora da Maré neste momento, pois são eles que acolhem minhas crianças.

Essa é a minha rotina e de muitas mulheres em dias que o governo resolve atuar “contra às drogas”. Entretanto, a atuação é contra a educação, contra o direito de ir e vir, contra o direito de aprender.

O acolhimento aos filhos após as opressões feitas pelo Estado é sempre doloroso. Conversar e tentar amenizar o sofrimento dos seus em relação aos abusos é um exercício difícil, falar sobre resistência nesses momentos é sempre com um grande nó na garganta, fazer a aflição vivida por seus filhos não se tornar revolta é a vitória nessas ocasiões.

Só que o Estado é cruel com seu “trabalho” desenvolvido na segurança pública, as balas perdidas acham corpos com menos de 15 anos de idade, na favela da Maré e em várias outras do Rio de Janeiro. Mulheres como eu enterram filhos como os meus. É preciso ter sabedoria para informar esses tipos de ação, é preciso dizer que temos que resistir e sobreviver.

Será justo o estado do Rio de Janeiro viver um *apartheid*? É certo ter que explicar para meus filhos cotidianamente que todos somos iguais como cidadãos, porém o governo trata as favelas como zona de guerra e deturpa os valores dos direitos humanos? É fato que numa guerra os dois lados estão em combate, mas quem está morrendo de fato são os favelados e favelados jovens com idades semelhantes a dos meus filhos.

Seguimos diariamente lutando contra a opressão da insegurança pública, fazemos do luto dos nossos um enfrentamento, buscamos uma rede de apoio e resistência para termos lazer, cultura, educação, saúde, porque somos dignos desses direitos.

Lutar por justiça e igualdade faz parte da minha vida desde os 13 anos de idade. Atuei em vários movimentos fora e dentro da Maré, atuação partidária e não-partidária. Fazer parte de movimentos que buscam melhorias para os territórios favelados e periféricos é fundamental para me revigorar após uma violação. O Núcleo Marielle Franco (do qual faço parte há quatro anos) e o Fórum Basta de Violência da Maré (que participo há dois anos) são fundamentais para o meu fortalecimento.

É um desafio corriqueiro para quem mora em favela criar seus filhos e lidar com este tipo de realidade. São incontáveis os dilemas que precisamos enfrentar para levar uma vida minimamente “normal”.



As favelas se mostram
cada vez mais como
a solução e agentes da
sua própria existência,
não o problema e uma
ameaça social”

A SEGURANÇA PÚBLICA E A MÁSCARA POR TRÁS DA “PACIFICAÇÃO” PROMOVIDA NAS FAVELAS

Kananda Ferreira

A negligência do Estado dentro das favelas no cumprimento de direitos provém desde o seu surgimento, passando por diversas tentativas de remoção, criminalização e chacinas cometidas por agentes públicos (que são homenageados ou promovidos). De lá pra cá, o tempo passou, mas essa omissão tem se mostrado cada vez mais explícita quando se trata de segurança pública nesses espaços. Um direito constitucional e impessoal que deveria ser estendido não só para o asfalto, mas também para quem vive nas favelas.

Entretanto ele se distancia cada vez mais através da inserção de uma política de controle social em prol de interesses políticos, econômicos e sociais. Uma ausência que se tornou uma presença desastrosa, cuja pacificação entra com balas perdidas e sai com corpos achados em nome da lei e da soberania nacional.

Uma segurança momentânea que, na prática, transformou o Rio em um laboratório cujo conceito de “guerra” foi inventado para legitimar o uso da força através da violência como uma “solução”, cometida na retirada de direitos fundamentais nas periferias e na projeção da sociedade do medo. As incursões policiais (com o uso de caveirões, *snipers*, helicópteros com atiradores e armas bélicas pesadas) colocam o policial

como o “jugador e executor” da lei e estimula uma série de violações e execuções de pessoas (sejam envolvidas ou não com o comércio varejista de drogas).

A desumanização dessas vidas, concretizada ainda mais dentro das instituições da Polícia Militar pelo ensino, se dá pela tortura como um modo de extração de uma verdade e pela não realização das perícias para elucidação e investigação das causas — em grande parte cometida pela remoção dos corpos por policiais ou a dificuldade na entrada da Defesa Civil por conta do clima tenso deixado pelas ações.

A ineficiência por trás do gasto elevado do dinheiro público nas propagandas do governo voltadas para essa área e a falta de planejamento instigou uma série de operações fatais e brutais interligadas a uma vingança. Os traumas psicológicos deixados, a injustiça perante a banalização das mortes (justificadas por mero engano, legítima defesa, medo ou acidente e legitimadas por falas de autoridades públicas), a paralisação de serviços públicos e civis em risco de vida iminente (tanto fora quanto dentro dos territórios marginalizados) são sequelas graves de uma política que usa os direitos humanos como moeda de troca em nome de uma proteção seletiva que mata.

A guerra à favela a coloca como se fosse o problema da violência na cidade quando, na verdade, existe uma centralização do ódio e da marginalização por trás da justificativa de “guerra ao tráfico/drogas/armas”. A violência da exclusão se interliga ao agravamento da desigualdade social e racial, à extensão da corrupção por trás da revenda de armas, drogas e munições e ao fortalecimento de uma hierarquia de poder sobre o outro, ligado à meritocracia e ao racismo.

A ampliação dessa agonia cotidiana, vivida por quem mora na favela, se estende para a cidade e mostra o quão longe está o cessamento de uma violência decorrente de um abismo social histórico no país em relação ao desenvolvimento e acesso à cidadania. Uma população semeada no ódio e na despolitização e corrompida pelo medo em prol de interesses políticos e econômicos para subversão da democracia. Se silenciar diante dos gatilhos é colaborar com essa política genocida

e enraizadora de consequências de um passado ligado à escravidão. Tal direito constitucional nas favelas se volta como uma necessidade histórica de humanização e potencialização de protagonistas capazes de criar, refletir, intervir e ampliar as suas narrativas dentro dos ambientes acadêmicos e da gestão política como cidadãos plenos de direitos e deveres.

Através de coletivos, ONGs, projetos sociais e dos próprios moradores, as favelas se mostram cada vez mais como a solução e agentes da sua própria existência, não o problema e uma ameaça social. A apropriação da lei (como a Ação Civil Pública (ACP), na Maré) e da tecnologia como uma ferramenta de diálogo para reafirmar a integridade de vidas também é importante para expor os problemas e a necessidade de se discutir com a cidade sobre as suas obrigações.

A mobilização e a articulação de debates sobre os planos de segurança — que não nos protegem — e seus impactos são necessárias para defender os nossos direitos e para deslegitimar a persistência de massacres realizados pelo Estado. Não dá para afirmar que os lugares mais seguros são aqueles que têm mais policiais, mas sim onde se tem mais acesso à justiça e serviços sociais voltados ao desenvolvimento, e com a implementação de políticas públicas que pautem a dignidade, o respeito, a cidadania e a autonomia.



Para discutir o lugar da favela nessa cidade, como a vida é afetada pelas políticas de segurança pública e, a partir daí, desfazer mal entendidos, preconceitos e visões parciais que orientam Estado, mercado e instituições da sociedade civil, é preciso “olhar para dentro” desse território. Esse movimento, no entanto, não se faz sem conseguir uma aproximação das camadas internas da vida na favela. É justamente nesse sentido que os textos apresentados neste trabalho caminham. Mais do que crônicas, os escritos aqui são testemunhos, sempre na primeira pessoa, de indivíduos que moram, trabalham e vivenciam as dores e alegrias dos favelados.